

Saudáveis, ordeiros e obedientes:

Uma análise do discurso médico-higienista nas fichas dos menores internos do aprendizado agrícola visconde de são leopoldo (são leopoldo/rs, 1949-1960)

Maurício Pereira¹

Resumo: O presente artigo busca realizar uma análise do discurso médico-higienista característico do século XX através das fichas de menores internos do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, uma instituição assistencial destinada a menores órfãos, abandonados e provenientes de famílias pobres localizada no município de São Leopoldo/RS. Por meio das informações que podem ser encontradas nesses documentos, se pretende relacionar esses dados ao contexto de assistência e saúde pública existente nesse período, refletindo também sobre a maneira como essas questões influenciaram nas políticas de assistência à infância e no âmbito educacional. Para isso, essa pesquisa faz uso de referências bibliográficas que versam sobre a saúde e assistência no século XX, em especial aquelas dedicadas à assistência à infância, além das fichas individuais dos menores que estão localizadas no arquivo da instituição em questão. No desenvolvimento da pesquisa, foram identificadas diferentes informações a respeito das condições médicas e psiquiátricas dos alunos internos da instituição, que podem ser observadas por meio dos relatórios sociais e das fichas individuais localizadas no arquivo do local.

Palavras-chave: História da Educação; Assistência à infância; Assistência à saúde Aprendizados Agrícolas. Higienismo.

Abstract: The present article seeks to analyze the characteristic hygienist discourse of the twentieth century through the forms of internal minors of the Visconde de São Leopoldo Agricultural Apprenticeship, a care institution destined to orphans, abandoned and from needy families located in the municipality of São Leopoldo/RS. Through the information that can be found in these documents, we intend to relate these data to the context of care and public health existing in this period, also reflecting on how these issues influenced the policies of childcare and educational scope. For this, this research makes use of bibliographical references that deal with health and care in the twentieth century, especially those dedicated to child care, in addition to the individual records of minors that are located in the archive of the institution in question. In the development of the research, different information was identified regarding the medical and psychiatric conditions of the institution's internal students, which can be observed through social reports and individual files located in the local archive.

Keywords: History of Education. Childcare. Health care. Agricultural Apprenticeship. Hygienism.

Healthy, order and obedient: an analysis of the medical- hygienist speech on the files of the internal minors of Visconde de São Leopoldo Agricultural apprenticeship (São Leopoldo/rs, 1949-1960)

¹ Mestrando em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Graduado em História (Licenciatura) pela Universidade La Salle. E-mail: mauriciopereira13@outlook.com.

Introdução

O período do século XX na história de nosso país é marcado por diversas transformações em diferentes esferas da sociedade, desde o âmbito da política até alterações na educação e na assistência à população. Dentre essas modificações, ocorrem importantes mudanças na área da saúde, de modo que vemos profissionais dessa área e figuras políticas trabalhando em prol de projetos que visam a saúde da nação. A respeito dessas ideias que passam a ser disseminadas nesse período, é possível saber que “A proclamação da República, em 1889, transformou palavras como ‘modernidade’, ‘urbanização’, ‘civilização’ e ‘reforma’ em objetivos das elites brasileiras” (KORNDÖRFER, 2016, p. 48), uma realidade que irá influenciar os projetos e ideais que passam a ser formulados nas décadas seguintes.

Nesse momento, os investimentos em pesquisas na área da saúde, especialmente em prol da tentativa de controle das doenças, da pobreza e dos problemas sociais que eram identificados entre a população, surgem como uma ferramenta valiosa para os governos. Nesse contexto, temos a intensa atuação de médicos, sanitaristas e demais profissionais da saúde, uma vez que “A reformulação dos espaços urbanos, dos valores e comportamentos da população era a missão desses especialistas” (KORNDÖRFER, 2016, p. 48), objetivos que passam a orientar a atuação desses profissionais na busca de um modelo ideal de cidadão e de nação, uma missão que perpassa as áreas da saúde e da assistência. Essa segunda área teve uma importância fundamental nas ações e projetos que foram desenvolvidos no século XX, embora ela possua uma história bem anterior a esse período. Sobre o papel da assistência nas sociedades ocidentais, Gisele Sanglard (2017) aponta que:

A assistência foi, de forma geral, uma das formas de suavizar a pobreza. A princípio, organizada através das irmandades devocionais e/ou confrarias profissionais, caracterizou-se por uma solidariedade horizontal (entre iguais) e por separar o bom pobre do mau pobre – aquele afeito ao trabalho (p.19).

Como podemos ver no quadro exposto pela autora, a assistência teve um papel fundamental nas tentativas de combates a problemas sociais, principalmente na tentativa de erradicação da pobreza. Para que esses objetivos que eram almejados pelo governo da época pudessem ser alcançados, profissionais e políticos daquele período julgaram necessário atuar sobre a saúde, a higiene e as condições precárias em que viviam grande parte da população, uma empreitada que tornou necessária a remodelação do modelo de assistência que era empregado até então.

Ao longo desse trabalho, serão debatidas as transformações ocorridas no âmbito da assistência e da saúde no decorrer do século XX, analisando a maneira como movimentos e instituições atuaram nesse processo. Após isso, será analisado de forma mais específica como essas transformações e ações no âmbito da assistência se deram em relação à infância e à educação, ressaltando a atuação de instituições vinculadas à saúde no meio escolar. Por fim, será realizada uma análise focada no caso do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, uma instituição que atuou no atendimento de menores órfãos, abandonados e também menores de famílias pobres. Por meio das fichas e outros documentos de meninos que ficaram internados nesse local se pretende analisar a maneira como as discussões e ações voltadas para a saúde e a assistência das crianças se fez presente no trabalho desse estabelecimento.

Assistência, saúde e higiene no século XX

O período que compreende a passagem do século XIX para o século XX no Brasil é caracterizado por inúmeras mudanças e transformações que atuam sobre elementos fundamentais da sociedade brasileira daquele período. Um desses elementos de grande importância é a instalação do governo republicano, substituindo assim o regime monárquico que existia até então. Analisando as ideias e propostas desse novo governo, Ana Paula Korndörfer (2016) aponta que:

A proclamação da República reforçou o processo de modernização e urbanização e inaugurou um projeto de salubridade para o Brasil, como o remodelamento das cidades, instalação de redes de água e esgoto, alargamento das ruas e derrubada de cortiços (p. 51).

Esse projeto de salubridade mencionado pela autora é fundamental para a compreensão das medidas e propostas que passam a ser adotadas no âmbito da assistência à população e na intervenção sobre os ambientes da cidade e das famílias que viviam nela. Desse modo, as tentativas de modernização e higienização se dão também em prol da transformação dos próprios hábitos das pessoas. A partir disso, surge então a necessidade de “ensinar ao trabalhador e à sua família a ‘pedagogia da virtude’ – ou seja, ser bom trabalhador, membro de uma família, moralizado, higienizado” (KORNDÖRFER, 2016, p. 48).

O novo governo republicano busca transformar não só as cidades e “modernizar” o país como também transformar as pessoas que aqui viviam, em uma tentativa de enquadrar a

população em um modelo de civilização, higiene e saúde que era disseminado nesse período. Essas tentativas são fortemente influenciadas por movimentos de caráter político e científico que ocorrem no início do século XX, principalmente a eugenia, que é bastante característica desse período na sociedade ocidental. Em seus estudos, Vanderlei Sebastião de Souza e Robert Wegner (2018) apresentam a influência desse movimento da seguinte maneira:

Sustentada por um conjunto de teorias científicas, políticas e sociais, a eugenia prometia criar uma inovadora engenharia racional capaz de produzir um novo homem, eliminando as imperfeições hereditárias e estimulando o desenvolvimento de suas habilidades físicas e mentais (p. 328).

Nesse contexto, os defensores da eugenia defendiam um suposto “melhoramento” da raça humana, por meio de tentativas de controle sobre a reprodução e genética das populações, visando atingir objetivos que eram propostos por pensamentos e políticas do período. Em relação aos preceitos propostos pela eugenia, Mozart Linhares da Silva (2014) estabelece que “a eugenia será o dispositivo de intervenção que avalia, examina e determina quem contribui ou não para a melhoria e especialização da espécie” (p. 904).

No decorrer do século XX, é possível identificar outros elementos que acarretariam em transformações significativas na área da saúde brasileira. Ainda na primeira metade desse século, vemos surgir em território brasileiro o movimento sanitário, que proporcionou mudanças importantes nessa área. Ao analisar esse movimento, Gabrielle Werenicz Alves (2011) define que ele “propunha uma interpretação diferente para os problemas do Brasil, ao recusar o determinismo racial e climático como explicação para os problemas do país, e apontar as doenças como a causa destes (p 42-43)”.

Por meio da atuação desse projeto, vemos debates em torno da instalação de redes de saneamento básico pelo país, de modo que o movimento “pregava o saneamento do país, dando ênfase às regiões do sertão geralmente esquecidas pelo poder público” (ALVES, 2011, p. 42). A partir da atuação dos agentes envolvidos nesse movimento, percebemos projetos e tentativas de mudanças no cenário da saúde e higiene que existia no Brasil que há pouco havia se tornado República, retomando a influência do projeto de modernização e salubridade que havia sido instalado no final do século XIX. Por meio dessa realidade, os envolvidos nesse projeto buscaram a disseminação das ideias pregadas por esse movimento através de determinadas práticas, conforme é exposto por Alves (2011):

A conclusão disseminada pelo movimento era que, em lugar da resignação,

da condenação ao atraso eterno em decorrência dos cruzamentos raciais, seria possível recuperar o país através de ações de higiene e saneamento, fundadas no conhecimento médico, e implementadas pelas autoridades públicas (p. 45).

Essas características típicas desses movimentos que foram apresentados podem ser identificadas nas tentativas de “melhoramento” dos hábitos de higiene e da moral das famílias brasileiras, tentando ensinar a essas pessoas hábitos saudáveis e moralmente aceitos. Nesse contexto, alguns autores apontam para a importância do higienismo, que acabou sendo uma significativa ferramenta dentro dessas propostas de uma nação saudável, tendo em vista que “Frente às precárias condições sanitárias do país, os eugenistas brasileiros atentavam, sobretudo, para o higienismo, para a eugenia preventiva” (SILVA, 2014, p. 912). Sendo importante definir as principais características e implicações do movimento citado, podemos fazer uso das contribuições de Edvaldo Góis Júnior (2002), sobre o qual o autor estabelece que “No fim do século XIX e início do XX, surgia uma nova mentalidade que se propunha a cuidar da população, educando e ensinando novos hábitos. Convencionou-se chamá-la de ‘movimento higienista’” (p. 47). Através da promoção dos cuidados com a saúde que os higienistas pretendiam disseminar junto às populações, vemos então uma importante união desses diferentes movimentos atuando em prol de um objetivo em comum, que visava a transformação dos hábitos da população e da erradicação de doenças que eram identificadas em nosso país. Desse modo, percebe-se na experiência brasileira que “Eugenia e higienista se tornaram inseparáveis” (SILVA, 2014, p. 914).

Analisando o exemplo mais específico do Rio Grande do Sul, Korndörfer (2016) destaca que “Para os dirigentes positivistas, o cidadão deveria ser educado nos princípios da ciência e, esclarecido, tomaria as decisões relativas à sua saúde e à da sua família” (p. 56). A partir dessa constatação, vemos a intensa preocupação das autoridades em ensinar e promover junto à população hábitos e conhecimentos que tornassem essas pessoas cidadãos saudáveis, moralizados e obedientes. Em seu trabalho, Alves (2011) também analisa o contexto sul-rio-grandense, destacando desse modo que “Em relação à saúde, os positivistas gaúchos insistiam que cada pessoa deveria ser educada nos princípios da ciência para, então, decidir por conta própria o que fazer” (p. 52). Ainda no contexto desse mesmo estado, são apontadas mudanças mais significativas a partir do governo de Getúlio Vargas como presidente do estado (iniciado em 1928), sendo identificado que “um diferencial do governo Vargas seria suas preocupações com as questões sanitárias” (ALVES, 2011, p. 60).

Em relação às transformações ocorridas nesse período, Alves (2011) concede destaque à Reforma dos Serviços Sanitários do Rio Grande do Sul (1929), um projeto que “consistiu na elaboração de uma complexa estrutura administrativa, que envolvia Delegacias e Centros de Saúde, Postos de Higiene, Inspetorias Sanitárias e uma Repartição Central” (p. 74-75). Apesar das diversas aspirações que foram propostas pela Reforma, esse projeto acabou sendo implementado apenas de forma parcial (ALVES, 2011). Contudo, são observadas algumas mudanças no cenário das políticas de saúde pública no Rio Grande do Sul, de modo que vemos o seguinte quadro:

Nos anos iniciais da década de 1930, além da parcial continuidade da Reforma Sanitária, ocorreram também duas importantes inovações no campo da saúde: a criação da Secretaria da Educação e Saúde Pública, bem como a implementação de novas leis que passariam a reger a saúde pública estadual, propostas pela Assembleia Constituinte (ALVES, 2011, p. 101).

No início do período em que Getúlio Vargas tomaria a presidência do Brasil, é possível identificar outras informações importantes no cenário da saúde brasileira. Em relação a essa realidade, Alves (2011) relembra que “Neste sentido, após ser realizada a Revolução de 1930, a primeira medida do novo governo para o campo da saúde foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP)” (p. 129). A partir disso, podemos observar uma intensificação de políticas que abrangiam a saúde pública brasileira e a importante relação desse cenário com as políticas educacionais, de modo a propagar em sala de aula conhecimentos e disciplinas que visavam a formação de sujeitos saudáveis e higienizados, embora essa prática já estivesse sendo desenvolvida há algumas décadas.

Após essas discussões, é necessário debater e analisar a maneira como essas ideias foram postas em prática por meio das medidas assistenciais no Brasil. Sobre a organização e configuração da assistência advinda do século XIX, Sanglard e Ferreira (2018) nos informam que:

[...] até o início do século XX, assistência significava uma gama variada de ações que passavam pela parturiente, pela criança, pelo idoso e pelo doente. A profissionalização da atenção a cada um desses grupos é um processo longo e que deve ser entendido em suas especificidades e temporalidades (p. 145).

Essa profissionalização da assistência destinada a determinados grupos será muito importante para esse trabalho, de modo que se pretende analisar o modelo de assistência que era dedicado à infância no século XX. Contudo, é importante também compreender as

mudanças que ocorrem no modelo e configuração da assistência de modo geral, buscando evidenciar as ideias e propostas que passam a dominar esse cenário. A preocupação com a pobreza, e em especial as formas de combatê-la, acabaram por delinear os caminhos que a assistência irá trilhar no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Apesar dessa preocupação em “solucionar” os problemas advindos da situação de pobreza, existe outra característica que sempre marcou as políticas de assistência em sua longa e complexa história: a definição de quem seriam as pessoas que merecem esse serviço. Refletindo sobre essa seleção presente nas medidas assistenciais, percebe-se que “o trabalho separara o bom do mau pobre, e a assistência evitaria a transformação do pobre em miserável” (SANGLARD, 2017, p. 20). Tendo isso em mente, é possível perceber que, embora a assistência tenha uma tradição de séculos de atuação, era necessário realizar uma triagem em relação a quem seria merecedor desse auxílio.

Essa definição em relação aos indivíduos que deveriam ser alvo do trabalho de assistência torna-se ainda mais criteriosa com as transformações que o modelo de assistência ocidental passa durante o período aqui analisado. Em uma realidade que era marcada por uma assistência caracterizada pelos conceitos de caridade e piedade, muitas vezes sendo realizada por instituições religiosas, ocorre o surgimento de novos modelos que visam outras medidas e objetivos para as práticas assistencialistas. No contexto do final do século XIX, temos a ascensão da filantropia, um movimento que promove grandes e importantes mudanças no campo da assistência. A respeito da transição desses modelos e das diferenças que podem ser percebidas entre eles, Sanglard e Ferreira (2018) definem que “A filantropia, ou benemerência, é um neologismo surgido na França das Luzes e se difere da caridade por se propor estar desvinculada de qualquer vestígio de piedade e ter subjacente a ideia da utilidade social”(p. 149).

Como é possível averiguar, os moldes que orientam o campo da assistência passam a ser tomados de novos valores e objetivos ante a população que precisava ser atendida. Temos a passagem de um modelo característico de instituições religiosas que via na assistência uma forma de caridade e temor a Deus a um sistema caracterizado pela ideia de transformar a população pobre em cidadãos úteis para a nação, de modo a torná-los uma força de trabalho saudável, instruída e moralizada. Ainda sobre os preceitos pregados pela filantropia, Sanglard (2017) atesta que “Nota-se neste movimento a presença da higiene dos corpos e dos lares; bem como uma atuação de cunho mais moral voltada aos inválidos, órfãos e viúvas” (p. 23). Nessa configuração apontada pela autora, é possível perceber o elemento da profissionalização da assistência a grupos específicos que foi mencionada

anteriormente, uma característica que faz parte desse trabalho de análise. Apesar dessas importantes mudanças, é importante destacar que não houve uma ruptura completa entre esses dois modelos, de modo que “O quadro que se descortina neste momento é o da filantropia como utilidade social, convivendo lado a lado com a devoção religiosa que se apropria e traduz os preceitos da higiene segunda sua doutrina” (SANGLARD, 2017, p. 26). Sendo assim, é possível inferir que não existem apenas rupturas entre esses dois modelos, mas também continuidades.

A seguir, serão analisados os projetos e medidas no âmbito da assistência que foram direcionados à infância e à educação, buscando compreender a maneira como esse grupo da população foi atendido e inserido nesse processo, bem como as medidas e instruções que eram destinadas especialmente às crianças.

Infância, saúde e educação no século XX

Em meio a realidade dos projetos e práticas de assistência que são encontrados no contexto do século XX, alguns grupos acabam sendo alvo de propostas e medidas específicas nesse âmbito. Dentre esses grupos, analisaremos aqui as medidas que foram formuladas e postas em prática em prol da assistência às crianças. Os projetos e medidas que visam melhorar a saúde da população e ensinar às pessoas hábitos saudáveis e morais também atingem o campo da infância, por meio de projetos próprios que são direcionados a esses indivíduos. Em um primeiro momento, é necessário compreender que, assim como foi elaborado um modelo de cidadão ideal para a população em geral, também foi criado um modelo próprio para as crianças de nossa nação. A respeito desse modelo, enfocando principalmente as questões relativas à saúde, percebe-se que “A criança saudável não era apenas a criança fisicamente saudável, mas também a criança disciplinada, higienizada e moralizada” (KORNDÖRFER, 2016, p. 101). Esse padrão de saúde e moralidade infantil será o alvo das instituições e profissionais que se empenharão em atingir esses objetivos, um trabalho realizado por meio de diversas medidas e legislações que terão as crianças como foco.

Embora existisse um modelo de infância ideal para esse período, as características e a realidade que marcam a população da época fazem com que grande parte das crianças do território brasileiro não atendessem a essas expectativas. Pensando sobre esse conflito entre os padrões de infância almejados e a realidade em que grande parte das crianças estava de fato inserida, Korndörfer (2016) nos informa que “Os defensores da infância brasileira

deparavam-se, ao final do século XIX, com problemas de ‘infâncias’ bastante distintas” (p. 101). A partir da percepção dessa realidade, passam a ser formuladas medidas para se trabalhar com a infância em risco, momento em que temos o surgimento de diversas instituições que vão se empenhar em desenvolver esse trabalho. Sobre o surgimento desses locais, Korndörfer (2016) menciona que “vemos surgir, em fins do século XIX e início do XX, as primeiras grandes instituições de assistência e proteção à infância doente e desamparada, bem como os primeiros institutos correccionais e profissionalizantes (p. 100). Essas instituições mencionadas pela autora serão fundamentais na configuração da assistência à infância nesse contexto, na medida em que elas irão atuar na formação do caráter e da disciplina desses indivíduos, seguindo à risca os valores pregados pelo higienismo e pela filantropia.

Por meio da atuação de diversos profissionais e da elaboração de legislações que englobam esses sujeitos, essas crianças passam a ser enxergadas pela sociedade de um modo diferente, através da criação do conceito de *menor*. A respeito da caracterização dessa categoria, vemos que “Os menores eram os filhos dos pobres, não educados nos padrões de moralidade vigentes e, desta forma, passíveis de intervenção judiciária” (KORNDÖRFER, 2016, p. 102). A partir do momento em que as crianças desamparadas passam a ser vistas como sendo um tipo diferente de criança e são consideradas como sendo passíveis de intervenção por parte do Estado, os preceitos e medidas pregados pela filantropia e pelo eugenismo também recaem sobre esses menores.

Essa nova configuração nos moldes da infância e da assistência aos menores também apresenta grandes influências no meio educacional. Através do trabalho de profissionais da educação e também de profissionais da área da saúde, vemos o surgimento de diversas medidas a serem realizadas dentro das escolas. Em seu trabalho sobre as práticas de saúde e higiene nas escolas públicas gaúchas, Korndörfer (2016) aponta que “A educação neste período foi largamente influenciada pelo discurso médico-higiênico, assim como o vocabulário pedagógico que foi disseminado na sociedade” (p. 31), uma realidade que aponta diretamente para as medidas de caráter higienistas que passam a ser empregadas em sala de aula. Esse cenário de propagação do discurso médico-higienista nas escolas é também analisado por Silva (2014), realidade exposta pelo autor da seguinte maneira:

A educação, nesse sentido, contribuía para a prevenção da saúde pública bem como para a preservação dos bem nascidos ou ainda para a melhoria dos a serem normalizados. É, nesse sentido, que a educação foi um dos principais pilares do movimento higienista-eugenista no Brasil, investimento

na infância significava investimento no futuro (p. 919).

Por meio da disseminação de hábitos saudáveis e conhecimentos que contribuiriam para a construção de alunos sadios e educados, essa prática acaba por ser uma importante ferramenta dos governos que eram orientados pelas ideias higienistas e filantrópicas, de modo que “A educação era a ‘arma’ mais poderosa de divulgação e implementação de políticas higienista-eugenistas no país” (SILVA, 2014, p. 914). Através da correta orientação dos alunos no trabalho em sala de aula, se pretendia atingir também os familiares, uma vez que as crianças poderiam disseminar os hábitos e conhecimentos aprendidos na escola no interior de suas moradias. A partir disso, as políticas direcionadas à educação são de fundamental relevância para o desenvolvimento do projeto de higienização da população brasileira, tendo em vista que “a infância era a porta de entrada para as famílias, meio considerado fundamental para a construção de adultos melhores/controlados/objetivados no futuro” (SILVA, 2014, p. 919).

Em seus estudos sobre a educação de trabalhadores operários em São Paulo no século XX, Liane Maria Bertucci (2015) enfatiza o modo como os médicos, nesse período, exercem forte influência no desenvolvimento de uma educação higienista, destacando assim que:

Preocupados com a formação da população brasileira, em meio ao movimento sanitarista, ações da Fundação Rockefeller e a difusão de ideias eugênicas, os médicos estavam atentos à saúde da criança operária e realizavam propostas, várias delas imbricadas com indicações educativas, que abrangiam da gestação e aleitamento materno à jornada de trabalho dos menores nas fábricas (p. 29).

Mais uma vez, a preocupação em torno da saúde e dos hábitos dos filhos de trabalhadores denota um planejamento em relação à formação da futura mão-de-obra nacional, buscando dessa forma educar e produzir trabalhadores que atendessem aos moldes pregados pelas ideias filantrópicas e higienistas do século passado, traduzindo-se assim em uma preocupação por parte dos médicos de que “filhos de trabalhadores bem constituídos física e mentalmente resultariam no operário brasileiro saudável de amanhã, cumpridor de seus deveres e colaborador para o progresso do país” (BERTUCCI, 2015, p. 32).

Analisando o contexto do Rio Grande do Sul, temos a criação e atuação de instituições que irão se empenhar no trabalho relacionado à saúde e assistência da população, como é o caso do Departamento Estadual de Saúde, criado em 1938. O surgimento dessa instituição promove importantes rumos para a situação da saúde e da assistência no estado, por meio de

medidas que vão ser implementadas em prol de uma higienização das cidades e da população. Em relação à organização desse Departamento, Cristiano Enrique de Brum (2013) nos informa que “O Regulamento do DES foi organizado em 5 grandes partes, totalizando mais de 600 artigos, de modo que quase nenhuma instância da vida social escapasse de seu arcabouço” (p. 145). Dentre as ações em prol da saúde que são promovidas no Rio Grande do Sul, cabe destacar mais uma vez as medidas de higiene que são direcionadas às escolas, tendo em vista que “nas escolas gaúchas, surgiram ações a fim de promover a salubridade do espaço, fiscalização e cuidados com a saúde do corpo do aluno, sendo este percebido como um futuro cidadão e trabalhador modelo” (BRUM, 2013, p. 134), mais uma vez podendo ser percebida uma prática relacionada aos discursos de formação de cidadãos higienizados e moralizados que serviriam à nação. Ainda se ocupando da realidade sul-rio-grandense do século XX, Alves (2011) fornece interessantes contribuições acerca do Serviço de Higiene Escolar que era desempenhado no estado, descrevendo desse modo que:

Através deste serviço, eram realizados exames em crianças de idade escolar, e também em professores e funcionários de escolas, com o objetivo de detectar alterações pulmonares, no coração, na visão e audição, desnutrição ou demais problemas de saúde que pudessem comprometer o aprendizado ou o ambiente escolar (p. 117).

Como é possível perceber, as ações promovidas pelo Departamento Estadual de Saúde e por demais instituições que estiveram relacionadas à saúde pública englobaram diversas esferas da sociedade sul-rio-grandense do século XX, incluindo as medidas que foram direcionadas à infância e à educação. Retomando o debate sobre as medidas higiênicas voltadas para as escolas públicas, Korndörfer (2016) menciona que “A Instrução Pública também instituiu mecanismos para a avaliação e para o controle das condições higiênicas das escolas públicas primárias” (p. 162). Por fim, é importante ressaltar também a importância dos professores nesse processo de higienização das escolas e da população em geral, visto que, nesse período, “Os professores, pessoas presumidamente idôneas e com bons hábitos, desempenhavam, sobretudo, um papel fundamental na inculcação de hábitos” (KORNDÖRFER, 2016, p. 185). Através da figura dos educadores, os alunos deveriam ter um exemplo de bons hábitos de higiene e também de moralidade, uma prática que se deu também por meio das disciplinas que eram ministradas nas escolas públicas.

Na última seção deste artigo, será realizada uma análise de como as práticas voltadas para a regeneração e formação de menores por meio dos ideias higienistas influenciaram a

atuação de uma instituição de internato destinada a menores, buscando nas fichas individuais e outros documentos desses alunos os resquícios e a presença desses discursos e práticas que foram debatidos até aqui.

Medidas higienistas no Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo

Após discutir sobre as mudanças na assistência à infância que ocorrem no século XX e sobre a importância dos debates sobre a saúde e a higiene do país e da população, além dos debates direcionados à infância e os cuidados ensinados nas escolas públicas, iremos aqui analisar a influência dessas propostas e medidas em uma instituição de caráter assistencial. Nesta seção, serão analisados os documentos relativos aos menores internos do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, uma instituição situada na cidade de São Leopoldo/RS que teve sua atuação entre os anos de 1949 e 1960. Através das fichas e outros documentos dos menores que ficaram internados nessa instituição, serão evidenciadas algumas ideias e medidas que foram disseminadas no século XX em relação à assistência e higienização da infância no Rio Grande do Sul.

A atuação do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo remete a alguns anos anteriores ao período aqui analisado, quando a instituição teve sua criação no ano de 1944 como um Patronato Agrícola. Os patronatos agrícolas foram instituições criadas em 1918, destinados à assistência e internação de menores órfãos, abandonados, delinquentes e provenientes de famílias pobres que não teriam condições de manter seus filhos, sendo possível perceber que o surgimento desses estabelecimentos está situado em um período de intensos debates sobre assistência aos menores e regeneração da infância. Situando os objetivos e propostas que orientaram o trabalho dos patronatos, Magda de Abreu Vicente (2010) menciona que:

Aos que vinham da zona rural a principal intenção era a conformação da força de trabalho, ou seja, adequá-los às necessidades de mão-de-obra do momento. E àqueles da zona urbana, essas instituições objetivavam orientar e enquadrar *os órfãos e desvalidos da sorte*, tendo em vista moldá-los à sociedade burguesa, de modo a que não se tornassem uma ameaça à população citadina e também não atrapalhassem a nova orientação trabalhista que, no início da República, tem por base a mão-de-obra livre (p. 13).

Como é possível perceber no panorama que foi exposto, os patronatos possuíam uma forte preocupação em enquadrar os menores no modelo de infância que foi almejado e disseminado no século XX, de modo que essas instituições “responderiam a um duplo

aspecto: aquele voltado para o aprendizado de técnicas profissionais ligadas ao trabalho agropecuário e o voltado para a regeneração das crianças” (NERY, 2009, p. 28). Em sua proposta de encaminhar os menores a um futuro de trabalho no campo e também trabalhar sobre a realidade de pobreza, abandono e criminalidade que muitos desses indivíduos viviam, os patronatos seguirão os moldes e propostas embasados pelo higienismo e pela filantropia que foram formulados para o trabalho de regeneração das crianças dessa época.

Para além dos debates sobre assistência e regeneração da infância que permeiam a atuação dos patronatos, nos interessa aqui uma análise focada nos preceitos de higiene e saúde que também foram uma parte importante do trabalho dessas instituições com os menores que foram atendidos. Analisando a influência da eugenia e do higienismo e seus ideais que são identificados no funcionamento dos Patronatos Agrícolas, Magda de Abreu Vicente e Giana Lange do Amaral (2010) constatam que “Além do investimento em boas construções do Patronato, também havia o investimento nas questões higiênicas e num padrão comportamental exigido pela sociedade” (p. 129).

Como podemos ver, os patronatos agrícolas também seguiram as normas e medidas de higiene que foram proferidas em prol da saúde da população e da construção de cidadãos saudáveis, higienizados e moralizados. Em seus estudos sobre o Patronato Agrícola Visconde da Graça em Pelotas/RS, Vicente e Amaral (2010) apontam para os critérios de higienização que eram seguidos por essa instituição, alegando que “Para entrar no internato a primeira medida adotada era a vacinação de todos os alunos, isto constando na ficha escolar presente no acervo do PAVG” (p. 127). Esse primeiro elemento já demonstra uma preocupação quanto à seleção das crianças que entrariam nesse estabelecimento, buscando garantir que esses menores teriam sido vacinados e, desse modo, imunes a possíveis doenças. Embora essa instituição não seja a mesma que é o alvo desse artigo, é importante destacar que os Patronatos Agrícolas (e também os Aprendizados Agrícolas) funcionavam sob diretrizes e objetivos muito parecidos, voltados para a regeneração da infância por meio da assistência e do ensino agrícola, embora cada uma dessas instituições possuísse particularidades locais que são importantes de serem analisadas.

Tendo sido realizadas as discussões sobre as orientações que embasavam o trabalho dos Patronatos Agrícolas e as medidas em prol da saúde e da higiene dos menores que foram alvo dessas instituições, partimos então para uma análise de casos enfocada no Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo. Através da pesquisa que vem sendo desenvolvida no arquivo da instituição, foram encontrados diversos documentos referentes aos menores que ficaram internados no local, tanto no período inicial de funcionamento do Patronato quanto

no período em que atuou como um Aprendizado Agrícola. Esses documentos são importantes pelo fato de que nos revelam informações sobre esses menores e a realidade em que eles estavam inseridos, além de possuírem informações a respeito da saúde física e mental desses indivíduos.

O primeiro documento a ser analisado trata-se de um Relatório Social do ano de 1953 de um menor que foi enviado ao Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, um documento proveniente do Departamento Estadual de Saúde (instituição que foi mencionada anteriormente nesse trabalho). As informações sobre esse menor podem ser vistas a seguir:

Recolhido, em 6.2.51, por ordem do Juizado de Menores. Ignora o nome de seus pais.

Pesquisa social: foi creado por uma senhora de nome V.G.B², viuva, residente em São Gabriel, agricultora. O menor está familiarizado com os trabalhos agrícolas.

Exame clinico: retardamento da puberdade. Verminose (Necator e Ascaris). Sopro pré-diastolico no foco pulmonar.

Exame odontologico: 28 dentes, 4 caries. Esta em tratamento.

Exame psicologico: Binet: Debilidade mental. Rorschach: Tendencia a neurose de angustia. Reatividade fortemente depressiva. Fundo hipocondriaco. Possivel dificuldade no terreno sexual.

Orientação profissional: recomendado tipo de trabalho de natureza concreta predominantemente e com base automatizavel.

Orientação escolar: cursa o 1º ano primario. Poucas possibilidades de concluir o curso primario.

Exame neurologico: sem diagnostico neurologico.

Exame psiquiatrico: Diagnostico: Oligofrenia (debilidade mental. Imaturidade social e emocional. Neurose reacional (?).

Recomendações: Aprendizado de profissão semi-automatizavel, compativel com o seu nivel mental. Tomar parte em atividades de grupo. Por sua experiencia deve ser encaminhado a ambiente rural. Por ser debil

² No desenvolvimento desta pesquisa, se optou por utilizar somente as iniciais dos nomes das pessoas citadas nos documentos, de modo a preservar a identidade desses indivíduos e seguindo um elemento que foi observado em trabalhos sobre outros Patronatos Agrícolas e também em pesquisas na área da História da Educação.

mental é facilmente sugestionável podendo ser levado a prática de atos antisociais, por companheiros e amigos. Suas amizades devem ser vigiadas. (Relatório Social de um menor interno do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, 1953. Fonte: Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo).

Através desse relatório, podem ser encontradas informações muito interessantes a respeito desse interno em questão, tanto em relação à sua realidade quanto sobre a sua saúde física e mental (principalmente). Em um primeiro momento, podemos perceber que o menino não havia sido criado por seus pais e tampouco sabia os seus nomes, o que já indica que o garoto poderia ser enquadrado na categoria de menores abandonados ou órfãos (uma vez que não há maiores informações sobre os seus pais) que fazem parte dos projetos de assistência à infância do século XX. Embora não seja explicitado no documento os motivos que levaram o menor a ser recolhido pelo Juizado de Menores, podemos perceber as características que justificam a sua internação no Aprendizado de São Leopoldo, uma vez que o menino estava acostumado ao trabalho no campo, sendo inclusive recomendado pelo Departamento Estadual de Saúde que ele fosse enviado a uma instituição de ambiente rural. Contudo, o que mais chama atenção nesse documento são as diversas informações a respeito do estado de saúde desse menor, sendo que podemos localizar informações sobre seu estado físico (exame odontológico e a menção a um problema no pulmão) e principalmente dados sobre sua saúde mental, que indicam que o menor possuía problemas mentais que afetavam o seu desenvolvimento, com uma caracterização detalhada do seu quadro mental. Por meio dessas informações, podemos relacionar esses dados aos debates que foram realizados nesse trabalho anteriormente, tanto a respeito das tentativas de controle e inspeção da saúde das crianças quanto das medidas de saúde e higiene que eram tomadas em relação aos menores internos dos patronatos agrícolas.

Outro elemento importante que pode ser localizado nesse relatório são as orientações em relação ao trabalho que deveria ser desempenhado por esse menor, o que demonstra uma preocupação relacionada à ideia do trabalho como meio de regeneração da infância e também a elaboração de um sistema que determinava o tipo de trabalho ao qual determinado menor deveria ser encaminhado, o que vai ao encontro dos debates sobre a atuação de diversos profissionais que se envolveram com as medidas de assistência à infância. Além do mais, é interessante destacar também as orientações que são dadas em relação ao convívio do menino com outros menores, sendo alertado que ele poderia sofrer uma má influência de outros meninos e que esse era um aspecto que deveria ser vigiado, um elemento que também propicia importantes discussões em um trabalho sobre a realidade de

uma instituição de internato.

O segundo documento a ser analisado consiste na ficha individual de outro menor interno do Aprendizado, sendo que essa fora elaborada pela própria instituição, cabendo ressaltar que na pesquisa no arquivo do local foram identificadas tanto documentos que eram elaboradas por outras instituições (principalmente pelo Departamento Estadual de Saúde) quanto pelo próprio Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, sendo que nessas últimas podemos encontrar informações preciosas sobre a vida dos menores dentro do local. Nesse caso, temos as seguintes informações:

RESUMO DAS OBSERVAÇÕES FEITAS SOBRE O ALUNO:

PERSONALIDADE – Calmo e controlado. Pouco expansivo. Limpo e ordeiro. Obediente. Alegre. Boa saúde. Não tem deformidades ou sinal que o caracterize. Fala pouco na família. Fica radiante quando seus pais e irmãos o visitam. Nada reclama e tudo o que mandam fazer faz de boa vontade. É muito cuidadoso para com que é seu. Gosta de futebol e de cinema, mas é difícil que o vemos fazer comentários. Bom companheiro, aceita as zombarias como brincadeira. Troçam dele por ser “naricudo” e êle acha graça, não se encomoda. Ótimo comportamento.

DOENÇAS DE INFÂNCIA – Sarampo, catapora, coqueluche e pneumonia. (Ficha individual de um menor interno do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, 1953. Fonte: Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo).

Nesse documento, podemos localizar informações sobre a vida do menor em questão dentro do Aprendizado, sendo fornecidas informações interessantes para essa análise. Primeiramente, vemos que o menino possuía uma família, não sendo então órfão nem abandonado. Porém, conforme pode ser identificado ao longo da documentação original, a família do menino era pobre e enfrentava dificuldades financeiras, motivo que levou à internação do menor na instituição. Para além da caracterização do contexto socioeconômico, podemos identificar observações sobre o seu comportamento dentro do internato, onde é apontado que o menino possui um comportamento calmo, controlado e obediente, além de indicar que ele também é “limpo e ordeiro” e que goza de boa saúde.

Essas informações presentes na ficha do menino também podem ser relacionadas aos discursos sobre o modelo de infância que era almejado no período, que era caracterizado por crianças saudáveis, obedientes, instruídas e moralizadas. No caso do menor em questão, podemos ver que ele, de certa forma, se encaixava nesse discurso, visto que essas características foram ressaltadas em sua ficha. Além disso, também estão presentes

informações sobre as doenças de infância que o garoto teve, o que denota mais uma vez uma preocupação com a saúde dos meninos que ingressavam nas instituições desse tipo. Por fim, também é possível perceber alguns indícios do convívio dele com os outros meninos do Aprendizado, onde ele é descrito como sendo um “bom companheiro” e, ainda que os outros meninos zombassem dele, é relatado como tendo um ótimo comportamento.

De modo a complementar a análise a respeito das preocupações estabelecidas sobre a saúde e o comportamento dos alunos internos da instituição, foi elaborada uma tabela que possui como base informações identificadas nos Relatórios Sociais e nas Fichas Individuais dos menores que estudaram no estabelecimento. A tabela em questão (Tabela 1) apresenta alguns dados que foram possíveis obter a respeito das condições médicas e psiquiátricas dos menores internos, podendo ser conferida a seguir:

Tabela 1 - Condições médicas/psiquiátricas dos alunos internos do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo.

Condições médicas/psiquiátricas	Número de registros
Boa saúde	5
Doente dos ouvidos	1
Retardamento da puberdade	1
Verminose	1
Sopro no pulmão	1
Defeito de dicção	1
Tartamudez	1
Nível mental normal	2
Nível mental regular	1
Nível mental pouco elevado	1
Inteligência normal	1
Inteligência pouco desenvolvida	1
Aprendizagem lenta	1
Oligofrenia (debilidade mental)	2
Pseudo-oligofrênico	1
Personalidade esquizotímica	2
Neurose de situação	1
Transtorno de afetividade	1
Bloqueio emocional	1
Dificuldade de identificação humana	1
Difícil contato social	1
Desorientado no tempo e espaço	1

Desvio de personalidade	1
Tendência a neurose de angustia	1
Reatividade depressiva	1
Fundo hipocondríaco	1
Dificuldade no terreno sexual	1
Imaturidade social e emocional	1
Neurose reacional	1

Fonte: Fichas individuais e Relatórios sociais do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, Arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo. Tabela elaborada pelo autor.

Por meio desses dados que foram apresentados, é possível observar uma preocupação em registrar possíveis doenças e problemas de saúde e/ou comportamentais, tanto na esfera física quanto mental, que os menores que ingressavam na instituição possuíam. Essas informações são observadas tanto em registros realizados pelos profissionais do Departamento Estadual de Saúde quanto pelos funcionários do Aprendizado Agrícola, denotando assim a influência de medidas higienistas e da preocupação com a saúde dos alunos que viviam no local, assim como é observado em outros estabelecimentos desse mesmo tipo. Em alguns dos documentos que foram analisados, também é possível localizar informações a respeito do comportamento desses indivíduos, tanto em elogios quanto em queixas sobre suas características comportamentais. Infelizmente, nem todos os Relatórios sociais e Fichas individuais fornecem dados sobre a saúde do menor em questão, tendo sido realizado um trabalho de identificação e análise dos casos onde essas informações estão presentes. Sendo assim, essa pesquisa se propôs a estabelecer algumas considerações a respeito dessa realidade, por meio do trabalho que vem sendo desenvolvido com a documentação mencionada, abrindo espaço ainda para outras análises e possibilitando um estudo mais aprofundado sobre essas fontes documentais.

Após anos de trabalho de assistência aos menores órfãos, abandonados e de famílias carentes que foi realizado pelo Patronato Agrícola Visconde de São Leopoldo e, posteriormente, pelo Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, a instituição encerrou suas atividades relacionadas à assistência em 1960, quando esse estabelecimento se torna então um colégio, a Escola Técnica Rural Visconde de São Leopoldo. Desde então, a

instituição têm atuado como uma escola técnica estadual e, após mudanças em sua estrutura e denominação, atualmente funciona como o Centro Estadual de Educação Profissional (CEEPRO) Visconde de São Leopoldo, uma escola onde os alunos cursam o ensino médio integrado ao ensino técnico.

Considerações finais

O período compreendido entre o final do século XIX e o início do século XX na sociedade ocidental é caracterizado por profundas transformações em diversas esferas da sociedade, em especial no campo da assistência à população pobre e na área da saúde. Por meio da ascensão de movimentos como a filantropia, a eugenia e o movimento higienista, os governos passam a elaborar projetos de modernização e higienização das cidades e também das pessoas, através de medidas desenvolvidas por profissionais de diferentes áreas.

Dentro desse contexto de transformações, a assistência à infância também sofre uma reconfiguração em seu modelo. Nesse momento, as crianças brasileiras passam a ser alvo de diversos profissionais e especialistas, uma vez que as medidas que são adotadas em relação à população também são direcionadas à infância, criando assim um modelo no qual as crianças do nosso país deveriam se enquadrar. A partir disso, os indivíduos que não se encaixassem nesses novos moldes passam a constituir uma nova categoria e a ser denominados como menores, passando então a serem alvo de políticas de intervenção por parte do Estado e encaminhadas a instituições de internato que surgem nesse período. Dentre esses estabelecimentos, vemos a criação dos Patronatos Agrícolas, instituições caracterizadas pelo regime de internato e pelo ensino agrícola que irão abrigar e trabalhar com esses menores, buscando por meio do trabalho e da disciplina educar e regenerar essas crianças de acordo com os moldes do período. Também podem ser identificados nessas instituições diversos elementos referentes ao discurso médico- higienista e às medidas de educação higiênica e sanitária que são desenvolvidas para as escolas, que no caso do Rio Grande do Sul são promovidas por educadores e por instituições relacionadas à saúde como o Departamento Estadual de Saúde.

Em um trabalho de análise de documentos que podem ser encontrados no arquivo do CEEPRO Visconde de São Leopoldo, onde estão localizados os documentos referentes ao período do Patronato e do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, podemos identificar, por meio dos documentos de menores que ficaram internados nessa instituição, diversas informações relacionadas ao contexto socioeconômico em que esses meninos

estavam inseridos, além de dados importantes sobre sua saúde física e mental, que evidenciam a influência das medidas higienistas que eram adotadas nos patronatos. Além disso, também podemos encontrar nesses documentos informações sobre o comportamento desses alunos e o convívio com outros menores da instituição, além de nos depararmos com orientações médicas e profissionais em relação ao encaminhamento que deveria ser dado ao menor em questão, um elemento que evidencia a atuação de diferentes profissionais em um sistema de atendimento à infância.

Por fim, é possível constatar que existem interessantes possibilidades de pesquisas que podem ser realizadas na análise dos documentos dos menores internos do Aprendizado Agrícola Visconde de São Leopoldo, sendo possível analisar as medidas de controle da saúde e higiene que eram adotadas pela instituição e também analisando situações e casos mais específicos, tais como a maneira como eram realizadas as medidas em relação à saúde mental e também analisando mais profundamente a vida dos menores dentro da instituição, buscando compreender o trabalho que era realizado com esses meninos e os padrões de comportamento e higiene que deveriam ser adotados por eles.

Referências

- ALVES, Gabrielle Werenicz. **Políticas de saúde pública no Rio Grande do Sul: continuidades e transformações na era Vargas (1928-1945)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2372> Acesso em: 13/11/2020.
- BERTUCCI, Liane Maria. Para a saúde da criança: educação do trabalhador nas teses médicas e nos jornais operários em São Paulo, início do século XX. **Revista Mundos do Trabalho**, Santa Catarina, v. 7, n. 13, p. 27-42, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2015v7n13p27> Acesso em: 12/11/2020.
- BRUM, Cristiano Enrique de. **O “interventor da saúde”**: Trajetória e pensamento médico de Bonifácio Costa e sua atuação no Departamento Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul (1938-1943). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo/RS, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4656>. Acesso em: 14/11/2019.
- GÓIS JÚNIOR, Edivaldo. “Movimento Higienista” na história da vida privada no Brasil: do homogêneo ao heterogêneo. **ConScientiae Saúde**, n.1, p. 47-52, 2002. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/929/92900109.pdf> . Acesso em: 30/03/2020.
- KORNDÖRFER, Ana Paula. **“É melhor prevenir do que curar”**: A higiene e a saúde nas escolas públicas gaúchas (1893 – 1928). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.
- NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. Aprendizados e patronatos: um cotejo entre dois modelos de ensino agrícola das primeiras décadas do século XX (1911-1934). **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 2, p. 25-32 jan./jun. 2009. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/2201/1872>. Acesso em: 14/11/2019.
- SANGLARD, Gisele. Pobreza e assistência na escrita da história. In: KORNDÖRFER, Ana

Paula et al. **História da assistência à saúde e à pobreza: olhares sobre suas instituições e seus atores.** São Leopoldo: Oikos, 2017, p. 19-40.

_____.; FERREIRA, Luiz Otávio. Caridade e filantropia: elites, estado e assistência à saúde no Brasil. In: TEIXEIRA, Luiz Antonio et al. **História da Saúde no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2018, p. 145 - 181.

SILVA, Mozart Linhares da. Biopolítica, educação e eugenia no Brasil (1911-1945). **Revista Ibero-Americana De Estudos Em Educação**, v. 8, n. 4, 2014. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/5070> Acesso em: 27/10/2020.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; WEGNER, Robert. História da eugenia: contextos, temas e perspectivas historiográficas. In: TEIXEIRA, Luiz Antonio et al. **História da Saúde no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2018, p. 328 – 355.

VICENTE, Magda de Abreu. **O Patronato Agrícola Visconde da Graça em Pelotas/RS (1923-1934): gênese e práticas educativas.** 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS, 2010. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/123456789/1602/1/Magda_Abreu_Vicente_Dissertacao.pdf. Acesso em: 13/11/2019.

_____.; AMARAL, Giana Lange do. Medidas higienistas adotadas no Patronato Agrícola Visconde da Graça (1923-34) - Pelotas/RS. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.37, p. 123-133, mar. 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639669/7237> Acesso em: 13/11/2019.

Recebido em: 15 de outubro de 2020.

Aprovado em: 05 de janeiro de 2021.